



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI Nº 1726/1970</b>		
Ementa <b>REGULA ARBORIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS.</b>		
Data da Norma <b>17/09/1970</b>	Data de Publicação <b>20/09/1970</b>	Veículo de Publicação <b>Novo Diário de Jundiaí</b>
Matéria Legislativa <b><u><a href="#">Projeto de Lei nº 2432/1970</a></u> - Autoria: Prefeito Municipal</b>		
Status de Vigência <b>Revogada tacitamente</b>		
Observações <b>Retificação: Novo Diário de Jundiaí 22/09/1970.</b> <b>MEIO AMBIENTE - arborização - geral</b> <b>Autor: WALMOR BARBOSA MARTINS (PREFEITO MUNICIPAL)</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b>	<b>Norma Relacionada</b>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b>
20/06/1986	<u><a href="#">Lei nº 2968/1986</a></u>	Alterada por
09/10/1986	<u><a href="#">Lei nº 3004/1986</a></u>	Alterada por
19/09/1988	<u><a href="#">Lei nº 3233/1988</a></u>	

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



LEI Nº 1726, DE 17 DE SETEMBRO DE 1970

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, -  
nos termos do § 12 do artigo 26, do De-  
creto-Lei Complementar nº 9, de 31 de  
dezembro de 1969, PROMULGA a seguinte  
Lei: -----

Art. 1º - A arborização e ajardinamento dos lo-  
gradouros públicos existentes observarão as disposições desta  
lei e serão projetados pela Prefeitura Municipal e executa-  
dos pela Diretoria de Obras e Serviços Públicos.

§ 1º - Caberá à Diretoria de Obras e Serviços Pú-  
blicos resolver sobre a espécie vegetal que mais convenha a  
cada caso, qual o critério de manutenção a ser adotado, bem -  
como sobre o espaçamento entre as árvores.

§ 2º - Na abertura de novas ruas e na execução -  
de novos projetos de urbanização, quer oficiais, quer particu-  
lares, deverão ser observadas as exigências desta lei, sem -  
ônus para a Prefeitura quanto aos últimos.

Art. 2º - A arborização dos logradouros públicos  
será obrigatória e obedecerá ao plano geral de execução da Di-  
retoria de Obras e Serviços Públicos, sempre que:

a) - quando as ruas tiverem largura superior a  
9,00 metros, com passeios de largura superior a 2,00 metros e  
quando já tiverem sido pavimentadas e apresentarem, definiti-  
vamente assentadas, as guias do calçamento;

b) - nos refúgios centrais dos logradouros, des-  
de que esses refúgios apresentem dimensões satisfatórias para  
receber arborização;

c) - nos logradouros de caráter residencial, -  
quando houver a obrigatoriedade de recuo de frente para as -  
construções e as ruas tiverem, no mínimo, 9,00 metros de lar-  
gura.

§ 1º - A arborização em logradouros públicos em

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



- Fls. 2 -  
(Lei nº 1726)

em geral poderá ser executada pelos moradores do local, desde que sejam obedecidas as normas desta lei e tenha sido expedida a competente autorização da Diretoria de Obras e Serviços Públicos.

§ 2º - Nos passeios e refúgios será a pavimentação interrompida de modo a deixar espaços livres de 0,60x0,60 metros para o plantio de árvores.

§ 3º - Nos espaços a que refere o parágrafo anterior serão colocadas gramas ou outra qualquer vegetação ras-teira de proteção.

§ 4º - A distância mínima das árvores à aresta externa das guias será de 0,50 metros.

Art. 3º - Não será permitido a plantação de árvores ou outra qualquer vegetação que, por sua natureza, possa dificultar o trânsito, a insolação ou a conservação dos leitos das vias públicas.

Art. 4º - Nenhuma edificação em que o acesso para veículos ou abertura de "passagem" e arruamento novo, ou mesmo, simples "marquise" ou "toldo", prejudique a arborização pública poderá ser aprovada sem a audiência da Diretoria de Obras e Serviços Públicos, que opinará sobre o sacrifício ou não da arborização.

Parágrafo único - Na impossibilidade de preservação da árvore, às expensas do morador interessado, será procedido o corte e replantio da árvore em questão.

Art. 5º - Nenhuma árvore poderá ser abatida no interesse de particulares, sem que a respeito se pronuncie a Diretoria de Obras e Serviços Públicos e sem que sejam pagas pelo interessado as despesas relativas ao corte e ao replantio, fixadas por ato executivo.

Art. 6º - Os tapumes e andaimes das construções nos alinhamentos das vias públicas deverão ser providos de

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



- Fls. 3 -  
(Lei nº 1726)

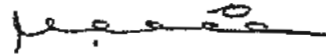
de proteção da arborização, sempre que isso fôr exigido pela Diretoria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 7º - Nas árvores das vias públicas não poderão ser fixados ou amarrados fios, nem colocados anúncios, - cartazes ou publicações de qualquer espécie.

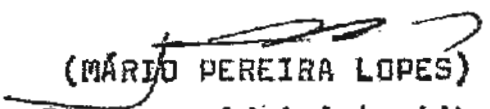
Art. 8º - O desrespeito às exigências da presente lei, bem como quaisquer danos causados à arborização pública, implicará em punição do culpado, aplicando-se a multa de 20 a 80% do salário mínimo vigente no Município, independentemente de outras cominações pela infração.

Parágrafo Único - Na reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 9º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
(WALMOR BARBOSA MARTINS)  
- Prefeito Municipal -

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta.

  
(MÁRIO PEREIRA LOPES)  
Diretor Administrativo

vb

MOD. 3